



Papel Zero preserva ambiente e economia

Digitalização de documentos ajuda a eliminar papel

Por questões ambientais e de economia – tanto de dinheiro quanto de espaço – a CMSP está reduzindo a quantidade de papel que utiliza em suas atividades. Trata-se do Programa Papel Zero. O esforço começou em 2010 com uma decisão da Mesa Diretora. Desde então, o processo para o uso consciente do papel na Casa tem avançado. “O papel zero é uma meta”, define o Coordenador do Centro de Tecnologia da Informação (CTI) da Câmara, Eduardo Miyashiro.

Os primeiros passos para a redução do volume de papel na Casa foram a digitalização do acervo de documentos e a

transferência da guarda para locais fora do Palácio Anchieta. Segundo Miyashiro, essas medidas têm também o objetivo de ganho de espaço para que os funcionários da Câmara possam trabalhar melhor. “Há setores que estão precisando de mais espaço.”

A fase seguinte, que já começou, é a elaboração de processos legislativos (leis, emendas à Lei Orgânica do Município, resoluções e decretos legislativos) em formato digital. Indicações (proposições pelas quais o vereador sugere a manifestação de um ou mais órgãos do Executivo acerca de determinado assunto)

e ofícios da Presidência da Casa já têm como suporte principal o meio digital e têm tramitação interna sem o uso do papel. “Nós poupamos papel e trabalho”, comemora o coordenador.

Miyashiro explicou que “a assinatura dos documentos é eletrônica, realizada por e-CPF”, o que garante a autoria e a procedência de documentos que não são impressos. “Uma das vantagens desse sistema é que você assina e autentica a sua firma ao mesmo tempo”, ressaltou. “O fluxo é todo digital.”

A Receita Federal do Brasil define o Certificado Digital e-CPF como “documento eletrônico de identidade emitido por uma Autoridade Certificadora credenciada, que certifica a autenticidade dos emissores e destinatários dos documentos e dados que trafegam numa rede de comunicação, bem como assegura a privacidade e a inviolabilidade destes”.

Na próxima legislatura, que começa em 1º de janeiro de 2013, “todo o processo legislativo vai nascer em meio digital”, afirma Miyashiro. Mas ele ressalta que os projetos dos vereadores já apresentados em papel vão continuar circulando.

O uso de tabletes por parte dos vereadores e de alguns funcionários, bem como o fim do clipping de papel, estão inseridos na meta de papel zero.

Uma das próximas medidas será a utilização dos documentos digitais também por parte das unidades administra-

tivas da Casa. “Todos nós vamos participar desse processo”, diz Miyashiro.

Outra medida rumo ao papel zero foi a criação, em junho de 2011, do Comitê de Eficiência Administrativa, com o objetivo de, segundo a decisão da Mesa Diretora da Câmara, “reavaliar os processos para alcançar maior eficácia e eficiência nos setores administrativos”, inserir no cotidiano da Casa “práticas sustentáveis e ambientalmente corretas” e “otimizar a utilização dos recursos públicos”.

O esforço da Câmara para diminuir a quantidade de papel já foi premiado pela Microsoft Brasil. Em 2010, três funcionários, Gustavo Pinheiro, Luiz Francisco de Silva Filho e Marcia Maria de Oliveira, receberam o 1º Prêmio Executive Circle, na categoria Eficiência nos Negócios. Eles desenvolveram um novo sistema de apoio para a elaboração da Lei do Orçamento, com mais agilidade e segurança para o serviço, além de usar menos papel. ■

**Sistema e-CPF
assina e
autentica ao
mesmo tempo**



CCI.3/CMSF